

TECNOLOGIAS E MODOS DE SER NO CONTEMPORÂNEO¹

Marcos Roberto Vieira Garcia*

* Doutor, docente da Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: mgarcia@ufscar.br

Desenvolvido por pesquisadores que integram o Grupo de Trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais”, ligado à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia (Anpepp), o livro compreende um conjunto de reflexões acerca do papel exercido pelas tecnologias na vida cotidiana e seus impactos nos modos de subjetivação na contemporaneidade.

Com referências baseadas principalmente em teóricos situados no campo pós-estruturalista, notadamente Foucault e Latour, dentre outros, os artigos buscam enfatizar o “outro lado” das tecnologias, não mais vistas somente como produções humanas, mas também como produtoras de (certos tipos de) humanidade. Os autores dos capítulos abordam este tema de forma consistente, sem a busca por soluções simplistas baseadas em um humanismo que renega os avanços tecnológicos ou em um cognitivismo que busca ingenuamente levar o ser humano a recuperar seu lugar de “senhor” frente ao mundo material que o cerca, situando-se, portanto, na melhor tradição da Psicologia Social crítica produzida no Brasil e na América Latina.

Os capítulos abarcam diversos campos e possuem diversas conexões entre si, impossíveis de serem aqui exploradas exaustivamente. Um recorte artificial entre estes campos, feito a partir de alguns temas centrais, porém, é aqui sugerido com finalidades didáticas.

Os capítulos de Mary Jane Spink e de Betina Hillesheim & Lilian Rodrigues da Cruz abordam as tecnologias de governo da infância, a partir dos álbuns de bebês e da literatura infantil, respectivamente. Partindo de uma perspectiva teórica que analisa os processos de poder e de subjetivação por trás da construção da infância,

¹ SOUZA, Solange Jobim e; MORAES, Márcia (Orgs). Rio de Janeiro: ED Puc-Rio: 7 Letras, 2010.

as autoras mostram como as tecnologias disciplinares e confessionais estão a serviço da produção de crianças *assujeitadas*, mostrando as nuances deste processo em seu objeto de estudo (álbuns e literatura).

Marcos Reigota, em uma reflexão a partir do tema dos transgênicos e Simone Hunning & Neuza Guareschi, abordando as transformações biotecnológicas do corpo, buscam denunciar as práticas que se baseiam em um ideal de um ‘progresso científico’ como algo positivo a priori, mostrando a necessidade da discussão ético-política sobre o lugar das biotecnologias no mundo atual. O primeiro autor ressalta a importância de uma Educação Ambiental crítica neste processo e as demais autoras enfatizam a necessidade de uma psicologia que não seja coadjuvante do processo de medicalização dos corpos, mas que exerça a crítica desnaturalizadora deste processo.

Refletindo sobre temas relacionados à construção das masculinidades e feminilidades, o texto de Benedito Medrado, Jefferson Bernardes & Ricardo Mello, que aborda os processos normatizadores subjacente à implantação da Lei Maria da Penha, e o de Milagros Cardona & Rosineide Cordeiro, que enfoca a trajetória de trabalhadoras rurais pernambucanas, mostram como no seio de políticas progressistas que são fruto de lutas históricas de movimentos sociais algumas contradições referentes às normatizações de gênero persistem. No caso da Lei que protege as mulheres da violência doméstica, tal contradição se explicita na naturalização do lugar do homem enquanto ser potencialmente violento, enquanto no caso da aposentadoria rural, as trajetórias das mulheres acabam por serem normatizadas pela necessidade da concessão do benefício.

Henrique Nardi e Vera Menegon buscam refletir sobre as tecnologias que incidem sobre a vida sexual, a partir de estudos sobre a Educação Sexual e sobre as tecnologias reprodutivas, respectivamente. Em comum, os autores têm a preocupação de denunciar a medicalização da vida e as possibilidades de resistência a ela, que passam pela inclusão de outros agentes humanos como participantes ativos neste processo - ativos no sentido de atores e não meramente reprodutores das lógicas inerentes a tais tecnologias. Nardi, ao refletir sobre as possibilidades de participação dos docentes em uma Educação Sexual crítica, mostra o quanto tal processo passa pela própria desconstrução do lugar hierarquizado do saber docente e pelo questionamento do lugar de “quem tudo sabe” que lhes é solicitado, o que permite por sua vez o rompimento com a estigmatização das sexualidades dissidentes e com a patologização da pobreza comum nas escolas.

A problematização das formas de se entender a deficiência visual como algo definível a partir de uma definição absoluta, que reifica sua condição de desvio, é o tema do artigo de Márcia Moraes & Ronald Arendt, que defendem uma abordagem

desta deficiência a partir do entendimento de como ela se constrói nas práticas cotidianas e dos modos pelos quais a deficiência se realiza no mundo, o que possibilita pensar que há uma pluralidade de maneiras pelas quais se é cego, e não somente uma.

Finalmente, André Barrouin & Solange Jobim e Souza buscam refletir sobre o papel da mídia escrita na criação de subjetividades tendo como pano de fundo o tema das cotas universitárias. Sua pesquisa mostra o quanto um dos maiores jornais do país contribui para o conservadorismo no campo da educação, reafirmando os valores de meritocracia predominantes no Brasil.

Juntos, os textos do livro mostram um ‘caleidoscópio’ das implicações das tecnologias contemporâneas sobre as subjetividades, mas também de modos de resistência a elas. Compõem em seu conjunto um livro denso, de leitura demorada, mas bastante prazerosa para aqueles que não estão em busca de mapas que indiquem trajetos definitivos, mas sim de pistas de onde estão alguns dos obstáculos em múltiplos caminhos possíveis.